

Diário do Legislativo de 17/03/2000

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Aauto - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

2 - ATAS

2.1 - 118ª Reunião Ordinária

2.2 - Reuniões de Comissões

3 - ORDEM DO DIA

3.1 - Comissão

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissão

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR*

Adelino Carvalho Lino (PMDB)

* Adelino de Carvalho

Adelmo Carneiro Leão (PT)

* Adelmo Carneiro Leão

Agostinho Fernandes da Silveira (PL)

* Agostinho Silveira

Agostinho Patrús (PSDB)

* Agostinho Patrús

Ailton Paranaíba Vilela (PSDB)

* Ailton Vilela

Alberto Pinto Coelho Júnior (PPB)

* Alberto Pinto Coelho

Aldimar Dimas Rodrigues (PMDB)

* Dimas Rodrigues

Alencar Magalhães da Silveira Júnior (PDT)

* Alencar da Silveira Júnior

Álvaro Antônio Teixeira Dias (PDT)

* Álvaro Antônio

Ambrósio Pinto (PTB)

* Ambrósio Pinto

Amilcar Vianna Martins Filho (PSDB)

* Amilcar Martins

Anderson Aduino Pereira (PMDB)

* Anderson Aduino

Antônio Carlos Doorgal de Andrada (PSDB)

* Antônio Carlos Andrada

Antônio Eustáquio Andrade Ferreira (PMDB)

* Antônio Andrade

Antônio Genaro Oliveira (PSD)

* Antônio Genaro

Antônio Júlio de Faria (PMDB)

* Antônio Júlio

Antônio Roberto Lopes de Carvalho (PMDB)

* Antônio Roberto

Arlen de Paulo Santiago Filho (PTB)

* Arlen Santiago

Benedito Rubens Renó Bené Guedes (PDT)

* Bené Guedes

Carlos Alberto Bejani (PFL)

* Alberto Bejani

Carlos Welth Pimenta de Figueiredo (PSDB)

* Carlos Pimenta

Christiano Augusto Bicalho Canêdo (PTB)

* Cristiano Canêdo

Dalmo Roberto Ribeiro Silva (PSD)

* Dalmo Ribeiro Silva

Dilzon Luiz de Melo (PTB)

* Dilzon Melo

Dinis Antônio Pinheiro (PSD)

* Dinis Pinheiro

Djalma Florêncio Diniz (PSD)

* Djalma Diniz

Durval Ângelo Andrade (PT)

* Durval Ângelo

Edson Rezende Moraes (PSB)

* Edson Rezende

Eduardo Daladier Pereira (PDT)

* Eduardo Daladier

Eduardo Dias Hermeto Filho (PFL)

* Eduardo Hermeto

Eduardo Gustavo Farnese Brandão (PL)

* Eduardo Brandão

Elaine Matozinhos Ribeiro Gonçalves (PSB)

* Elaine Matozinhos

Elbe Figueiredo Brandão Santiago (PSDB)

* Elbe Brandão

Elmo Braz Soares (PPB)

* Elmo Braz

Ermano Batista Filho (PSDB)

* Ermano Batista

Fábio Lúcio Rodrigues Avelar (PPS)

* Fábio Avelar

Francisco Rafael Gonçalves (PSB)

* Chico Rafael

George Hilton dos Santos Cecílio (PL)

* Pastor George

Gilberto Wagner Martins Pereira Antunes (PPB)

* Gil Pereira

Glycon Terra Pinto (PPB)

* Glycon Terra Pinto

Hely Tarquínio (PSDB)

* Hely Tarquínio

Irani Vieira Barbosa (PSD)

* Irani Barbosa

Ivo José da Silva (PT)

* Ivo José

João Batista de Oliveira (PDT)

* João Batista de Oliveira

João Leite da Silva Neto (PSDB)

* João Leite

João Paulo Gomes da Silva (PSD)

* João Paulo

João Pinto Ribeiro (PTB)

* João Pinto Ribeiro

Jorge Eduardo Vieira de Oliveira (PMDB)

* Jorge Eduardo de Oliveira

José Alves Viana (PDT)

* Doutor Viana

José Castro Braga (PDT)

* José Braga

José Henrique Lisboa Rosa (PMDB)

* José Henrique

José Miguel Martini (PSDB)

* Miguel Martini

José Milton de Carvalho Rocha (PL)

* José Milton

Luiz Fernando Ramos Faria (PPB)

* Luiz Fernando Faria

Luiz Menezes (PPS)

* Luiz Menezes

Luiz Tadeu Leite (PMDB)

* Luiz Tadeu Leite

Marcelo Jerônimo Gonçalves (PDT)

* Marcelo Gonçalves

Márcio Luiz da Silva Cunha (PMDB)

* Márcio Cunha

Márcio Luiz Murta Kangussu (PPS)

* Márcio Kangussu

Marco Régis de Almeida Lima (PPS)

* Marco Régis

Maria José Haueisen Freire (PT)

* Maria José Hauelsen

Maria Olívia de Castro e Oliveira (PSDB)

* Maria Olívia

Maria Tereza Lara (PT)

* Maria Tereza Lara

Mauri José Torres Duarte (PSDB)

* Mauri Torres

Mauro Lobo Martins Júnior (PSDB)

* Mauro Lobo

Newton de Moraes (PL)

* Cabo Moraes

Olavo Bilac Pinto Neto (PFL)

* Bilac Pinto

Olinto Dias Godinho (PTB)

* Olinto Godinho

Paulo César de Carvalho Pettersen (PMDB)

* Paulo Pettersen

Paulo Piau Nogueira (PFL)

* Paulo Piau

Rêmolo Aloise (PFL)

* Rêmolo Aloise

Rogério Correia de Moura Baptista (PT)

* Rogério Correia

Ronaldo Canabrava (PSC)

* Ronaldo Canabrava

Sebastião Costa da Silva (PFL)

* Sebastião Costa

Sebastião Navarro Vieira Filho (PFL)

* Sebastião Navarro Vieira

Wanderley Geraldo de Ávila (PPS)

* Wanderley Ávila

Washington Fernando Rodrigues (PL)

*Sargento Rodrigues

Em 29/2/2000

Observação: nome parlamentar indicado por asterisco.

Republicada em virtude do disposto no § 4º do art. 7º do Regimento Interno.

ATAS

ATA DA 118ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 15/3/2000

Presidência dos Deputados Anderson Aduato e Gil Pereira

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofícios, telegrama e cartões - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Requerimentos nºs 1.175 a 1.177/2000 - Requerimento sem número do Deputado Sebastião Navarro Vieira e outros - Proposição Não Recebida: Requerimento do Deputado Sebastião Navarro Vieira e outros - Comunicações: Comunicações dos Deputados Marcelo Gonçalves e Gil Pereira - Comunicação Não Recebida: Comunicação do Deputado Arlen Santiago - Interrupção e reabertura dos trabalhos ordinários - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - 2ª Fase: Questões de ordem; chamada para recomposição do número regimental; existência de "quorum" para discussão - Discussão de Proposições: Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 58; discurso do Deputado João Leite; questões de ordem; chamada para recomposição do número regimental; existência de "quorum" para continuação dos trabalhos; discurso do Deputado João Leite; questão de ordem; chamada para recomposição do número regimental; existência de "quorum" para a continuação dos trabalhos; prorrogação da reunião; discurso do Deputado Carlos Pimenta; questões de ordem; chamada para recomposição do número regimental; existência de "quorum" para a continuação dos trabalhos; discurso do Deputado Mauro Lobo; questões de ordem; chamada para recomposição de "quorum"; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; discurso do Deputado Mauro Lobo; questão de ordem; discurso do Deputado Mauro Lobo; encerramento da discussão - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aduato - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira - Adelino de Carvalho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Roberto - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Daladier - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Elmo Braz - Ermano Batista - Fábio Avelar - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Mauro Lobo - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Gil Pereira) - Às 14h10min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Wanderley Ávila, 2º- Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Gil Pereira, 2º-Secretário, nas funções de 1º-Secretário, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Da Sra. Maria do Carmo Lara, Deputada Federal, agradecendo a homenagem que lhe seria prestada na reunião especial em comemoração do Dia Internacional da Mulher e indicando a Deputada Maria Tereza Lara como sua representante no evento.

Da Sra. Misabel de Abreu Machado Derzi, Procuradora-Geral do Estado, prestando informações sobre o acordo de acionistas celebrado entre o Estado de Minas Gerais e a Southern Electric Brasil Participações Ltda. (- Anexe-se ao Requerimento nº 628/99.)

Do Sr. José Benedito Miranda, Procurador-Geral da Fazenda Estadual, prestando informações sobre os honorários dos Procuradores da Fazenda. (- Anexe-se ao Requerimento nº 567/99.)

Do Sr. Francisco Márcio Martins M. Chaves, Procurador-Geral de Justiça Adjunto, encaminhando expediente afeto à Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Bárbara. (- Anexe-se ao Requerimento nº 832/99.)

Do Sr. Murílio de Avellar Hingel, Secretário da Educação, prestando informações sobre a municipalização de escolas estaduais no Município de Barbacena. (- À Comissão de Educação.)

Do Sr. José Cavalcanti Melo, Prefeito Municipal de Uruçuia, prestando informações sobre barragens construídas nesse município. (- À CPI das Barragens.)

Da Sra. Lêda Domingos Alves, Superintendente Regional da Receita Federal (2), agradecendo os convites para o Ciclo de Debates Repensando o Brasil 500 Anos Depois e a reunião especial em comemoração do Dia Internacional da Mulher.

Da Sra. Lucy Maria Brandão, Chefe de Gabinete da Secretaria da Educação (2), encaminhando relatórios de obras que estão sendo liberadas por intermédio das caixas escolares ou das Prefeituras, com os nomes das escolas estaduais e municipais a serem beneficiadas, e relação das escolas estaduais que receberão equipamentos e mobiliário distribuídos pela Secretaria. (- À Comissão de Educação.)

Do Sr. Cláudio Varella de Souza, Secretário-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça, comunicando, em atenção ao Requerimento nº 978/99, da Comissão de Direitos Humanos, que as denúncias formuladas pela Sra. Romilda Maria Pereira Barbosa, de Guanhães, foram encaminhadas à Promotoria de Justiça dessa comarca, para apuração dos fatos. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

Do Sr. Renato Rossi, Presidente da Federação do Comércio do Estado, solicitando o apoio deste Legislativo para a derrubada do veto à Proposição de Lei nº 14.325.

Do Sr. Armando F. Pereira, Diretor do Escritório da Organização Internacional do Trabalho no Brasil, esclarecendo, a propósito do convite para participar da audiência pública com o objetivo de tratar de assuntos relacionados às condições de trabalho dos funcionários da ACESITA, que, apesar do interesse da instituição nos assuntos tratados nessa reunião, não compete a ela, regimentalmente, analisar ou testemunhar esclarecimentos no âmbito de reuniões nacionais sobre o cumprimento de leis nacionais. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

TELEGRAMA

Do Sr. Marcelo de Araújo Rodrigues, Diretor dos Correios de Minas Gerais, agradecendo o convite para participar do Ciclo de Debates Repensando o Brasil 500 Anos Depois.

CARTÕES

Dos Srs. Célio de Castro, Prefeito Municipal de Belo Horizonte, e Wadson de Oliveira Lima, Secretário Municipal de Esportes, agradecendo o envio de exemplar da obra "Resistência e Ação - Minas Luta contra o Neoliberalismo".

Do Sr. César Masci, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, agradecendo o convite para a "Mostra O Descobrimento do Brasil na Visão dos Portugueses".

Do Sr. Emílio Haddad Filho, acusando o recebimento e agradecendo as sugestões desta Assembléia para a área de segurança pública.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Adauto) - A Mesa passa a receber proposições.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

REQUERIMENTOS

Nº 1.175/2000, do Deputado Márcio Kangussu, solicitando se consigne nos anais da Casa voto de congratulações com a direção do jornal "Estado de Minas" pela publicação da matéria "Todos os Caminhos levam à Escola". (- À Comissão de Transporte.)

Nº 1.176/2000, do Deputado Ambrósio Pinto, solicitando se consigne nos anais da Casa voto de congratulações com a comunidade do Município de Itajubá por seu aniversário de emancipação político-administrativa, no dia 19 de março. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 1.177/2000, do Deputado Edson Rezende, solicitando seja formulada moção de aplauso à direção do jornal "Hoje em Dia" pela veiculação de reportagem sobre o rio São Francisco realizada pelo jornalista João Gabriel. (- À Comissão de Transporte.)

Do Deputado Sebastião Navarro Vieira e outros, solicitando seja convocada a Secretária da Justiça para prestar esclarecimentos sobre a rebelião ocorrida no CEIP-Horto, nesta capital.

Proposição Não Recebida

- A Mesa, nos termos do inciso III do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber a seguinte proposição:

REQUERIMENTO

Do Deputado Sebastião Navarro Vieira e outros, em que solicitam seja convocado o Superintendente da FHEMIG para prestar esclarecimentos no Plenário desta Casa sobre a matéria intitulada "Licitação com Cartas Marcadas", publicada no jornal "Estado de Minas" de 14/3/2000.

- Idêntica proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Irani Barbosa.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações dos Deputados Marcelo Gonçalves e Gil Pereira.

Comunicação Não Recebida

- A Mesa, nos termos do inciso III do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber a seguinte comunicação:

Do Deputado Arlen Santiago, dando ciência do falecimento da Sra. Ordália Nascimento Macedo, ocorrido em 14/3/2000, em Montes Claros.

- Idêntica comunicação foi apresentada anteriormente pelo Deputado Gil Pereira.

Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - A Presidência, nos termos do § 1º do art. 22 do Regimento Interno, interrompe os trabalhos ordinários para destinar a 1ª Parte da reunião à comemoração do Dia Internacional da Mulher.

- A ata desta comemoração será publicada em outra edição.

Reabertura dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente (Deputado Gil Pereira) - Estão reabertos os nossos trabalhos ordinários.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Não havendo comunicações a serem feitas nem matéria a ser apreciada nesta 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a apreciação da matéria constante na pauta.

Questões de Ordem

O Deputado Márcio Cunha - Sr. Presidente, gostaria de comunicar a V. Exa. e a todos os Deputados desta Casa, especialmente os Deputados Alberto Bejani e João Leite, que a Comissão de Fiscalização Financeira, reunida extraordinariamente na tarde de hoje, aprovou requerimento de iniciativa do ilustre Deputado Eduardo Hermeto, para convidar o Superintendente da FHEMIG, João Baptista Magro, a vir à nossa Comissão a fim de prestar as informações que se fizerem necessárias a respeito dos episódios que envolvem a instituição. Nesse sentido, convido todos os Deputados a comparecerem à Comissão, crendo que não haverá muita dificuldade, já que estamos convocados extraordinariamente para a reunião das 20 horas, razão pela qual sugerimos esse horário. Portanto, repetindo e confirmando: hoje, às 20 horas, na Comissão de Fiscalização Financeira, estaremos recebendo, para os devidos esclarecimentos, o Superintendente da FHEMIG. Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, quero fazer uma solicitação a V. Exa. Tivemos uma reunião belíssima, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, e não temos "quorum" para o prosseguimento dos nossos trabalhos. Solicito o encerramento, de plano, desta reunião.

O Deputado Eduardo Brandão - Sr. Presidente, solicito seja feita a chamada para a recomposição de "quorum".

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição do número regimental.

O Sr. Secretário (Deputado Márcio Kangussu) - (- Faz a chamada.).

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 34 Deputados. Há, portanto, número regimental para a discussão da matéria constante na pauta.

Discussão de Proposições

O Sr. Presidente - Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 58, que dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. Em discussão, o veto. Para discuti-lo, com a palavra, o Deputado João Leite.

- O Deputado João Leite profere discurso, que será publicado em outra edição.

Questões de Ordem

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, não temos "quorum" para o prosseguimento dos nossos trabalhos. Solicito o encerramento, de plano, desta reunião.

O Deputado Luiz Fernando Faria - Sr. Presidente, solicito seja feita a chamada para a recomposição de "quorum".

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição do número regimental.

O Sr. Secretário - (- Faz a chamada.).

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 32 Deputados. Há, portanto, número regimental para a continuação dos trabalhos. Com a palavra, para continuar a discutir o veto, o Deputado João Leite.

- O Deputado João Leite profere discurso, que será publicado em outra edição.

Questão de Ordem

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, não temos "quorum" para o prosseguimento de nossos trabalhos. Solicito o encerramento, de plano, desta reunião.

O Sr. Presidente - Tendo em vista a importância da matéria constante na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição do número regimental.

O Sr. Secretário - (- Faz a chamada.).

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduato) - Responderam à chamada 31 Deputados. Há, portanto, "quorum" para a continuação dos trabalhos.

Prorrogação da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência, nos termos do art. 21 do Regimento Interno, prorroga esta reunião até às 19h59min. Com a palavra, para discutir o veto, o Deputado Carlos Pimenta.

- O Deputado Carlos Pimenta profere discurso, que será publicado em outra edição.

Questões de Ordem

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, não temos "quorum" para o prosseguimento de nossos trabalhos. Solicito o encerramento, de plano, desta reunião.

O Deputado Eduardo Brandão - Sr. Presidente, solicito seja feita a chamada para a recomposição de "quorum".

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, de acordo com o espírito de V. Exa., no que diz respeito a esse encontro técnico com o Ministério das Telecomunicações, em Brasília, gostaria que se manifestasse com relação à denúncia do Deputado Amílcar Martins, no que se refere ao veto à aparição deste Deputado na TV Minas. Parece-me que essa TV pertence a qualquer pessoa ou a qualquer partido político. Gostaria que se manifestasse com relação a isso, como Presidente deste Poder. Nunca sou entrevistado pela TV Minas. Em uma visita que a Comissão de Direitos Humanos fez à Polícia Federal, eu estava ao lado do Superintendente da Polícia, quando uma repórter pediu que eu sáísse, porque queria a imagem somente do Superintendente. Essa situação é de total descortesia e de desrespeito. Penso que todos os Deputados têm o direito de aparecer, sem ter de sair de um recinto porque não podem aparecer na imagem de uma TV. Essa situação é delicada. Gostaria de ouvir a manifestação deste Poder. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Em nome do Poder Legislativo, esta Presidência fará seu pronunciamento a respeito. Respondi, de plano, com relação a uma questão que dizia respeito à pessoa desta Presidência. No que diz respeito a essa outra questão, gostaria de receber a sua indagação por escrito; assim, farei o encaminhamento e buscarei a resposta, como estamos fazendo com relação aos questionamentos feitos por membros do Poder Legislativo. A Presidência, em atenção à questão de ordem suscitada pelo Deputado Eduardo Brandão, solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição do número regimental.

O Sr. Secretário (Deputado Agostinho Silveira) - (- Faz a chamada.).

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 30 Deputados. Há, portanto, número regimental para a continuação dos trabalhos. Com a palavra, para discutir o veto, o Deputado Mauro Lobo.

- O Deputado Mauro Lobo profere discurso, que será publicado em outra edição.

Questões de Ordem

O Deputado Mauro Lobo - Sr. Presidente, não temos "quorum" para o prosseguimento de nossos trabalhos. Solicito o encerramento, de plano, desta reunião.

O Deputado Luiz Fernando Faria - Sr. Presidente, solicito seja feita a chamada para a recomposição de "quorum".

O Sr. Presidente (Deputado Gil Pereira) - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição do número regimental.

O Sr. Secretário (Deputado Luiz Fernando Faria) - (- Faz a chamada.).

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 31 Deputados. Há, portanto, número regimental para a continuação dos trabalhos. Com a palavra, para continuar a discutir o veto, o Deputado Mauro Lobo.

O Deputado Mauro Lobo - Sr. Presidente. Srs. Deputados.

Questão de Ordem

O Deputado Marco Régis - Sr. Presidente, gostaria de saber se o mesmo Deputado que solicita a verificação de "quorum" pode fazer a chamada.

O Sr. Presidente - Não há impedimento regimental. Com a palavra, para continuar a discutir o veto, o Deputado Mauro Lobo.

- O Deputado Mauro Lobo profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Encerramento

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta reunião, a Presidência a encerra, convocando os Deputados para as reuniões extraordinárias de logo mais, às 20 horas, e de amanhã, dia 16, às 9 e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, e para a reunião ordinária, na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da comissão especial para emitir parecer sobre a indicação do sr. nêlzio de assis para o cargo de diretor-geral do departamento de obras públicas do estado de minas gerais

Às quatorze horas e trinta minutos do dia nove de dezembro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Aílton Vilela, Cabo Morais, Arlen Santiago e Antônio Andrade, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Aílton Vilela, declara aberta a reunião e informa não haver ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião da Comissão, que se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a designar o relator da matéria. O Presidente determina a distribuição das cédulas de votação aos Deputados e convida o Deputado Arlen Santiago para atuar como escrutinador. Apurados os votos, verifica-se a eleição do Deputado Aílton Vilela para Presidente e do Deputado Antônio Andrade para Vice-Presidente, ambos com quatro votos. O Presidente "ad hoc" proclama o resultado da eleição e passa a Presidência ao Vice-Presidente eleito, que o declara empossado como Presidente. O Deputado Aílton Vilela assume a direção dos trabalhos, agradece a confiança nele depositada e declara empossado como Vice-Presidente o Deputado Antônio Andrade. Logo após, a Presidência designa o Deputado Cabo Morais como relator da matéria. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de março de 2000.

Aílton Vilela, Presidente - Cabo Morais - Arlen Santiago - Antônio Andrade.

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia dois de março de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ronaldo Canabrava, Adelmo Carneiro Leão, Sebastião Costa, Doutor Viana e Cristiano Canêdo, membros da supracitada Comissão. Encontram-se presentes também os Deputados Jorge Eduardo de Oliveira e Antônio Roberto. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ronaldo Canabrava, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sebastião Costa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. O Presidente informa que a finalidade da reunião é ouvir o Sr. Carlos Eduardo Carvalho, professor da PUC-SP e economista da FUNDAP, e suspende a reunião por alguns minutos para aguardar a chegada do convidado. Às 15 horas a reunião é reaberta, e o Sr. Carlos Eduardo Carvalho é chamado a compor a mesa dos trabalhos. Com a palavra, o convidado faz a sua exposição e em seguida os Deputados Adelmo Carneiro Leão e Doutor Viana fazem-lhe perguntas sobre o assunto. O Deputado Antônio Roberto tece comentários a respeito do tema em estudo. Na fase de discussão e votação de proposições da Comissão, o Deputado Adelmo Carneiro Leão apresenta dois requerimentos em que solicita sejam ouvidos por esta Comissão os Srs. Paulo Roberto de Paula, Presidente da Minas Gerais Participações S.A., e Marcos Raimundo Pessoa Duarte, ex-Presidente do BEMGE. Colocados em votação, cada um por sua vez, são os requerimentos aprovados. O Presidente esclarece que o inteiro teor desta reunião consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a participação do prof. Carlos Eduardo Carvalho pelos subsídios prestados à Comissão, agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de março de 2000.

Ronaldo Canabrava, Presidente - Adelmo Carneiro Leão - Doutor Viana - Aílton Vilela.

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 14.325

Às quinze horas e quinze minutos do dia dois de março de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Glycon Terra Pinto, Amílcar Martins, Luiz Tadeu Leite e Sebastião Navarro Vieira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Glycon Terra Pinto, declara aberta a reunião, informa que ela se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a designar o relator, convida o Deputado Amílcar Martins para atuar como escrutinador e determina sejam distribuídas as cédulas de votação. Realizada a votação, são proclamados eleitos para Presidente o Deputado Glycon Terra Pinto e para Vice-Presidente o Deputado Luiz Tadeu Leite. O Presidente "ad hoc" empossa o Vice-Presidente, passando-lhe a Presidência. O Deputado Luiz Tadeu Leite empossa o Presidente e retorna a Presidência a ele. O Presidente, Deputado Glycon Terra Pinto, agradece a confiança nele depositada e designa o Deputado Mauro Lobo como relator da matéria.

Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão, às 16h45min, para apreciar requerimento de autoria do Deputado Sebastião Navarro Vieira, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de março de 2000.

Glycon Terra Pinto, Presidente - Luiz Tadeu Leite - Rogério Correia - Sebastião Navarro Vieira - Mauro Lobo.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE O VETO TOTAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 14.325

Às quinze horas e quarenta e cinco minutos do dia dois de março de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Glycon Terra Pinto, Amílcar Martins, Luiz Tadeu Leite e Sebastião Navarro Vieira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Glycon Terra Pinto, declara aberta a reunião e informa que esta se destina a apreciar requerimento do Deputado Sebastião Navarro Vieira. Este procede à leitura do requerimento, em que solicita seja realizada audiência pública para ouvir os convidados que menciona, a fim de oferecer subsídios ao relator para a elaboração de seu parecer. Submetido a votação, é aprovado o requerimento. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária a realizar-se em 15/3/2000, às 14h30min, no auditório; determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de março de 2000.

Glycon Terra Pinto, Presidente - Luiz Tadeu Leite - Mauro Lobo - Sebastião Navarro Vieira - Rogério Correia.

ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Às dez horas do dia vinte e três de fevereiro de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Costa, Antônio Carlos Andrada, Edson Rezende, Maria Tereza Lara e Cabo Morais (substituindo este ao Deputado José Milton, por indicação da Liderança do PL), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Carlos Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. O Presidente esclarece que o Deputado Dalmo Ribeiro Silva está ausente por estar em visita oficial à China e informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. O Deputado Antônio Carlos Andrada lê ofícios recebidos do Secretário da Educação (7), encaminhando a segunda relação de liberações de recursos para escolas estaduais e municipais; a última relação de liberação de recursos para obras em escolas estaduais e municipais e a relação da atual distribuição da merenda escolar nas escolas públicas; informando o recebimento da oitava parcela para o Programa Alimentação Escolar e os valores da nona e da décima parcela recebida do FUNED; comunicando o recebimento de parecer técnico favorável ao Projeto Caminhar e a apuração de denúncias contra o Prefeito Municipal de Paracatu; do Reitor da UNIMONTES, encaminhando a nota oficial "A UNIMONTES e o Provão"; do Deputado Paulo Piau, encaminhando documento do Departamento de Economia Doméstica da UFV contrário ao Decreto Presidencial nº 3.276, de 1999; do Prefeito Municipal de Barbacena, manifestando-se contrariamente a requerimento do Deputado Antônio Carlos Andrada; do Deputado João Leite, encaminhando solicitação do Diretor-Presidente da FUMINAS; da Subsecretaria de Desenvolvimento Educacional da Secretaria da Educação, informando a liberação de professores para participar da jornada pedagógica de Barcelona; da Secretária Municipal de Educação de Belo Horizonte, informando a renovação da matrícula da aluna Núbia Ramos Miranda. Prosseguindo, o Presidente informa que, em 17/12/99, avocou a si a relatoria do Projeto de Lei nº 239/99 e em 21/2/2000 designou o Deputado Dalmo Ribeiro Silva para relatar os Projetos de Lei nºs 727 e 763/99; o Deputado José Milton para relatar o Projeto de Lei nº 729/99; o Deputado João Pinto Ribeiro para relatar os Projetos de Lei nºs 730, 760 e 767/99; e o Deputado Antônio Carlos Andrada para relatar os Projetos de Lei nºs 759 e 768/99. Esgotada a matéria destinada à 1ª Parte da Ordem do Dia, o Presidente passa à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A requerimento do Deputado Antônio Carlos Andrada, o Projeto de Lei nº 239/99 passa a ser o segundo a ser apreciado nesta fase. Dando seqüência, o Deputado Antônio Carlos Andrada, relator do Projeto de Lei nº 649/99, emite parecer pela aprovação da matéria. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. A seguir, o Presidente, relator do Projeto de Lei nº 239/99, emite parecer pela aprovação da matéria na forma do vencido em 1º turno com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. Durante a discussão, o Deputado Antônio Carlos Andrada solicita vista da proposição, que lhe é concedida. O Presidente passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições não sujeitas à apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, são aprovados os Projetos de Lei nºs 629/99 com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça (relator: Deputado José Milton); 666/99 (relator: Deputado Antônio Carlos Andrada) e 679/99 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva). A seguir, o Presidente submete a votação os Requerimentos nºs 1.003, 1.024 e 1.033/99, 1.048 e 1.060/2000, que são aprovados. O Presidente passa à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento dos Deputados Edson Rezende e Maria Tereza Lara, solicitando audiência pública com a Comissão de Direitos Humanos para obter maiores informações sobre a Fundação Caio Martins, particularmente a unidade de Esmeraldas, e a ocupação organizada pelo MST. Prosseguindo, são submetidos a discussão e votação as redações finais dos Projetos de Lei nºs 38, 577 e 656/99, que são aprovadas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de março de 2000.

Sebastião Costa, Presidente - Edson Resende - João Leite - João Pinto Ribeiro.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DO PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE ARTE DE OURO PRETO - FAOP

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Roberto, Sebastião Costa, João Paulo e

Maria Olívia. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Antônio Roberto, declara aberta a reunião e informa não haver ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião da Comissão, que se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a designar o relator da matéria. O Presidente "ad hoc" determina a distribuição das cédulas de votação aos Deputados e convida a Deputada Maria Olívia para atuar como escrutinadora. Apurados os votos, verifica-se a eleição do Deputado Antônio Roberto para Presidente e do Deputado Sebastião Costa para Vice-Presidente, ambos com quatro votos. O Presidente "ad hoc" proclama o resultado da eleição e passa a Presidência ao Vice-Presidente eleito, que declara empossado, como Presidente, o Deputado Antônio Roberto. Este assume a direção dos trabalhos, agradece a confiança nele depositada e declara empossado, como Vice-Presidente, o Deputado Sebastião Costa. Logo após, a Presidência designa a Deputada Maria Olívia relatora da matéria. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de março de 2000.

Sebastião Costa, Presidente - João Paulo - Eduardo Brandão - José Milton.

ATA DA 21ª REUNIÃO Ordinária da comissão de redação

Às quinze horas do dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Elmo Braz, Djalma Diniz e Maria Olívia, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elmo Braz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Djalma Diniz, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. A seguir, informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e distribui à Deputada Maria Olívia os Projetos de Lei nºs 286, 480, 602, 608, 621, 625, 626, 633 e 637/99; e ao Deputado Djalma Diniz, os Projetos de Lei nºs 641, 643, 644, 647, 657 e 658/99. Encerrada a 1ª Parte dos trabalhos, passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres sobre matérias de deliberação conclusiva das comissões. Submetidos a discussão e votação, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 286, 480, 602, 608, 621, 625, 626, 633 e 637 (relatora: Deputada Maria Olívia); 641, 643, 644, 647, 657 e 658 (relator: Deputado Djalma Diniz). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de março de 2000.

Elmo Braz, Presidente - Ailton Vilela - Djalma Diniz.

ATA DA 14ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Às quinze horas do dia primeiro de março de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Doutor Viana, Arlen Santiago, Chico Rafael, Sargento Rodrigues e Sebastião Navarro Vieira, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Durval Ângelo, Ivo José e Luiz Tadeu Leite. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Doutor Viana, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Chico Rafael, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. A reunião se destina a debater com convidados, em audiência pública, o Projeto de Lei Complementar nº 17/99, do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, que contém a organização e a divisão judiciária do Estado de Minas Gerais. O Presidente convida a compor a Mesa os Srs. Lúcio Urbano, ex-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, representando o Sr. Sérgio Lélis Santiago, atual Presidente; Juiz Tibagy Salles de Oliveira, Presidente do Tribunal de Alçada do Estado, e Marcelo Leonardo, Presidente da OAB-MG. Registra-se a presença dos Srs. José Luiz Ribeiro Melo, Presidente da Associação dos Advogados de Minas Gerais; Francisco José Rezende dos Santos, Presidente da Associação dos Serventuários da Justiça do Estado de Minas Gerais - SERJUS -; Sandra Silvestrini de Souza, 1ª Vice-Presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais - SERJUSMIG -; Edilane das Graças Andrade, Presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça do 2ª Instância do Estado de Minas Gerais; Juvenir da Silva Teodoro, Vice-Presidente da Associação Mineira dos Oficiais de Justiça - AMOJUS -; Gil Carlos Dias, da AMOJUS; Marcelo J. Rezende dos Santos, 3ª Vice-Presidente do SERJUSMIG; Maria do Carmo Rabelo Lara, Prefeita Municipal de Carmópolis de Minas; Valdemar de Menezes e Ronaldo Filizola, Juizes de Direito de Sete Lagoas; Cilson José da Silva, Presidente da OAB - Sete Lagoas; João Araújo de Andrade, Vereador à Câmara Municipal de Tocantins, e representantes do Município de Visconde do Rio Branco. Com a palavra, o Deputado Chico Rafael, autor do requerimento que suscitou a reunião e relator do Projeto de Lei Complementar nº 17/99. Prosseguindo, usam da palavra os membros da Mesa e demais convidados, que debatem mudanças como a redução da classificação das comarcas, a regionalização do Tribunal de Alçada e a modificação de territórios de comarcas. Segue-se debate, com a participação dos Deputados, convidados e demais participantes, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de março de 2000.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente - Chico Rafael - Eduardo Daladier - Alberto Bejani.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DE CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Às quinze horas e dez minutos do dia quatorze de março de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ailton Vilela, Glycon Terra Pinto, Luiz Fernando Faria e Antônio Júlio, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Rêmolo Aloise e Ermano Batista. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ailton Vilela, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Marcelo Gonçalves, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. Na oportunidade, o Presidente dá posse ao Vice-Presidente, Deputado Marcelo Gonçalves, e informa que a reunião se destina a proceder às arguições públicas do Sr. Alexandre Bossi Queiroz e do Deputado Ermano Batista, indicados ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Registra-se a presença do Deputado Luiz Fernando Faria e a saída do Deputado Glycon Terra Pinto. O Presidente convida a compor a Mesa o Sr. Alexandre Bossi, a quem passa a palavra, para que apresente suas considerações iniciais. A seguir, os Deputados Marcelo Gonçalves, Luiz Fernando Faria, Ailton Vilela e Adelman Carneiro Leão fazem perguntas ao candidato, e este as responde, conforme consta nas notas taquigráficas. Terminada a arguição, o Presidente agradece a presença do indicado e suspende a reunião por 5 minutos. Às 16h15min, são reabertos os trabalhos, com a presença dos Deputados Marcelo Gonçalves, Luiz Fernando Faria, Ermano Batista e Sebastião Costa. O Presidente convida a compor a Mesa o Deputado Ermano Batista, a quem passa a palavra, para que apresente suas considerações iniciais. A seguir, os Deputados Marcelo Gonçalves e Luiz Fernando Faria fazem perguntas ao candidato, e este as responde, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, a se realizar em 15/3/2000, às 15 horas, conforme edital a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de março de 2000.

Ailton Vilela, Presidente.

ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às dezesseis horas e dez minutos do dia quinze de março de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Márcio Cunha, Eduardo Hermeto, Olinto Godinho e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão. Está presente também o Deputado Alberto Pinto Coelho. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Márcio Cunha, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Olinto Godinho, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. O Presidente, Deputado Márcio Cunha, informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e o relatório do Deputado Rogério Correia sobre a viagem para a vistoria em rodovias no Sul de Minas, realizada por Deputados da Comissão. O Presidente informa o recebimento do Projeto de Lei nº 786/99 e sua distribuição ao Deputado Eduardo Hermeto. O Presidente informa aos Deputados o recebimento de ofícios do Deputado Ivair Nogueira, Secretário de Estado de Esportes; do Conselheiro Flávio Régis Xavier de Moura e Castro, Presidente da 3ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado, e do Sr. Homero Ferreira Diniz, Superintendente de Negócios da Caixa Econômica Federal. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de parecer sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia. Após discussão e votação, são aprovados os pareceres pela aprovação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 467/99 na forma do vencido em 1º turno (relator: Deputado Rêmolo Aloise); e, em 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 346/99 na forma do Substitutivo nº 1, com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: Deputado Rogério Correia); 537/99 com as Emendas nºs 1 a 7, da Comissão de Direitos Humanos, e com a Emenda nº 8, que apresenta (relator: Deputado Eduardo Hermeto); e 603/99 com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça, e com a

Emenda nº 3, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social (relator: Deputado Olinto Godinho). Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela rejeição, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 580/99 (relator: Deputado Márcio Cunha). O Deputado Rogério Correia, relator para o 1º turno do Projeto de Lei nº 590/99, solicita o prazo regimental para emitir seu parecer, pedido que é deferido pelo Presidente. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. Colocados em votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.104 na forma do Substitutivo nº 1 e 1.105/2000, ambos do Deputado Agostinho Silveira; 1.112 e 1.113/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 1.150/2000, do Deputado Arlen Santiago. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. O Deputado Eduardo Hermeto apresenta requerimento solicitando seja convidado a comparecer a esta Comissão o Superintendente-Geral da FHEMIG, Dr. João Baptista Magro Filho, com a finalidade de se obterem esclarecimentos acerca das denúncias veiculadas na imprensa com relação a processos licitatórios daquela autarquia e outras possíveis irregularidades. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. O Deputado Rogério Correia apresenta relatório sobre a vistoria em rodovias do Sul de Minas realizada por Deputados da Comissão no dia 2/3/2000. Colocado em discussão e votação, é o relatório aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião especial de logo mais, às 20 horas, com a finalidade de se ouvir o Dr. João Baptista Magro Filho, Presidente da FHEMIG, nos termos do requerimento supracitado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de março de 2000.

Márcio Cunha, Presidente - Rêmoló Aloise - Adelmo Carneiro Leão - Mauro Lobo.

ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 21/3/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: realização de audiência pública para se debater a fiscalização e o funcionamento das máquinas de vídeo-loteria, por muitos consideradas como jogos de azar.

Convidados: Srs. Mário Márcio Magalhães, Diretor de Operações da Loteria do Estado; Geraldo Antônio da Silva, Vereador à Câmara Municipal de Santos Dumont; Tarcísio José Martins Costa, Juiz da Vara da Infância e da Juventude de Belo Horizonte.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Especiais da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões especiais da Assembléia para as 9 e as 14 horas do dia 17/3/00, destinadas, respectivamente, ao prosseguimento e ao encerramento do Ciclo de Debates: Repensando o Brasil 500 Anos Depois.

Palácio da Inconfidência, 16 de março de 2000.

Anderson Aduino, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Piau, Dimas Rodrigues, Luiz Fernando Faria e Márcio Kangussu, membros da supracitada Comissão, para a reunião extraordinária a ser realizada em 21/3/2000, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem, no 1º turno, os pareceres sobre o Projeto de Resolução nº 706/99, da Comissão, e o Projeto de Lei nº 787/2000, do Governador do Estado. Serão apreciados também os Requerimentos nºs 1.140/2000, da Deputada Maria Olívia, e 1.159 e 1.160/2000, da Comissão.

Sala das Comissões, 16 de março de 2000.

João Batista de Oliveira, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER SOBRE A MENSAGEM Nº 65/99

Comissão Especial

Relatório

Por meio da Mensagem nº 65/99, o Governador do Estado submete a esta Casa, nos termos do art. 62, inciso XXIII, alínea "d", da Constituição do Estado, o nome do Sr. Nelzio de Assis, indicado para a Diretoria-Geral do Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais - DEOP-MG.

Constituída a Comissão Especial, nos termos do art. 111, "c", c/c o § 1º do art. 146 do Regimento Interno, procedeu-se a arguição pública do indicado, que respondeu às questões formuladas pelos Deputados.

Cabe-nos, agora, emitir parecer sobre a matéria.

Fundamentação

O candidato demonstrou conhecimento sobre a entidade para cuja direção foi indicado, atendendo, ainda, aos demais critérios exigidos para ocupar o cargo. Esta Comissão entende que se trata de pessoa que irá dignificar o cargo para o qual está sendo indicado.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do nome de Nelzio de Assis para Diretor-Geral do DEOP-MG.

Sala das Comissões, 16 de março de 2000.

Aílton Vilela, Presidente - Cabo Morais, relator - Antônio Andrade - Arlen Santiago.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 717/99

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De iniciativa do Deputado Durval Ângelo, o projeto de lei em epígrafe visa a declarar de utilidade pública a Sociedade de Educação e Caridade Recanto Nossa Senhora da Aparecida, com sede no Município de Contagem.

Inicialmente, foi a matéria encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Sociedade de Educação e Caridade Recanto de Nossa Senhora da Aparecida tem por finalidade criar, congregar, dirigir e manter instituições que visem à beneficência, à promoção humana, à cultura, à educação, à evangelização, ao ensino, à assistência social e à saúde.

O reconhecimento dessa entidade como de utilidade pública fortalecerá as iniciativas que ali vêm sendo desenvolvidas.

Conclusão

Pelas razões expostas, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 717/99 na forma original.

Sala das Comissões, 16 de março de 2000

Cristiano Canêdo, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 734/99

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Ronaldo Canabrava, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Trabalhadores Aposentados nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Sete Lagoas, com sede nesse município.

Na forma regimental, coube à Comissão de Constituição e Justiça apreciar preliminarmente o projeto, manifestando-se pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma apresentada.

Agora, compete a este órgão colegiado examinar a proposição, nos limites estabelecidos pelo art. 102, XIV, do Regimento Interno.

Fundamentação

São variados os objetivos da referida Associação, a saber: proteção da saúde, da família, da maternidade, da infância e da velhice; combate à fome e à pobreza; integração de seus membros no mercado de trabalho; habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiência; proteção do meio ambiente; divulgação da cultura e do esporte e defesa dos direitos dos associados, em juízo ou fora dele.

Como se vê, a Associação desenvolve atividades que cabem em princípio, ao Estado. Trata-se, assim, de entidade que colabora decisivamente com o poder público na busca da satisfação das necessidades da população sete-lagoana.

Conclusão

Em vista do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 734/99 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 16 de março de 2000.

Cristiano Canêdo, relator.

Relatório

O Projeto de Lei nº 346/99, de autoria do Deputado Amílcar Martins, objetiva criar o Fundo Especial de Despesa de Reparação de Direitos Difusos Lesados, de que trata a Lei Federal nº 7.347, de 24/7/85.

Inicialmente, o projeto foi analisado pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

A seguir, a matéria foi apreciada pela Comissão de Administração Pública, que opinou pela sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou ao Substitutivo nº 1.

Atendendo a requerimento do Deputado Rogério Correia, o projeto foi ainda apreciado pela Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, que também opinou pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1 com as Emendas nºs. 1 e 2.

Cabe agora a esta Comissão analisar a matéria no âmbito de sua competência regimental.

Fundamentação

A Lei Federal nº 7.347, de 1985, que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e outros direitos difusos e sociais, prevê a criação de fundo para a reconstituição de bens lesados, a ser gerido por um conselho federal ou por conselhos estaduais.

Como ainda não existe, na estrutura do Estado, um fundo específico, as multas aqui aplicadas aos responsáveis por danos causados aos bens protegidos e aos direitos difusos são destinadas ao fundo federal, criado na estrutura do Ministério da Justiça. Daí nota-se a oportunidade do projeto em discussão.

Do ponto de vista financeiro-orçamentário, o fundo que se pretende criar não traz novas despesas para o Tesouro. Ao contrário, a sua criação irá possibilitar a canalização, para o Estado, dos recursos oriundos de multas impostas pelo Poder Judiciário aos responsáveis pelos danos causados.

Analisando detalhadamente a proposição, constatamos que as alterações que seriam necessárias para a sua adequação à Lei Complementar nº 27, que disciplina a criação de fundos no Estado, bem como para a sua melhoria quanto ao aspecto técnico, já foram feitas pelas Comissões que nos precederam, especialmente pela Comissão de Constituição e Justiça, por meio do Substitutivo nº 1.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 346/99, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Administração Pública.

Sala das Comissões, 15 de março de 2000.

Márcio Cunha, Presidente - Rogério Correia, relator - Olinto Godinho - Eduardo Hermeto.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 537/99

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

O Projeto de Lei nº 537/99, de autoria do Deputado Anderson Aduato, objetiva criar o Fundo Estadual de Promoção dos Direitos Humanos e dá outras providências.

Inicialmente o projeto foi analisado pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

A seguir, a matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos, que opinou pela sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 7, que apresentou.

Cabe agora a esta Comissão analisar a matéria no âmbito de sua competência.

Fundamentação

Inicialmente cabe mencionar que a criação do referido fundo, que tem por objetivo disponibilizar recursos para a implementação de projetos de promoção e defesa dos direitos humanos, está prevista na Lei nº 12.986, de 1998, que, entre outras ações, criou a Secretaria Adjunta de Direitos Humanos no âmbito da Secretaria de Justiça.

Entre os recursos que comporão o fundo, relacionados no art. 4º, estão: dotações orçamentárias; retorno de financiamentos concedidos; fianças quebradas ou perdidas, em favor do Estado; recursos alocados por órgãos, fundos e entidades federais; retornos dos financiamentos concedidos e 7% da renda líquida da Loteria do Estado de Minas Gerais.

Com relação à receita proveniente da Loteria do Estado de Minas Gerais, cabe informar que em 1998 a renda líquida foi negativa; há, entretanto, a expectativa de superávit para o atual exercício, segundo informação obtida junto ao contador dessa autarquia. Já a receita orçamentária prevista para 2000 é de R\$34.000.000,00.

O projeto está bem-estruturado, contendo os objetivos do fundo, os beneficiários, a origem dos recursos, o órgão gestor, o agente financeiro e o grupo coordenador. Não obstante, entendemos que as emendas apresentadas pela Comissão de Direitos Humanos contribuíram tanto para o seu aprimoramento técnico quanto para a sua adequação à Lei complementar nº 27, de 1993, que disciplina a criação de fundos no Estado.

Com vistas a corrigir apenas um detalhe técnico, tendo em vista tratar-se de uma autarquia, estamos apresentando a Emenda nº 8, que propõe a substituição, no inciso VII do art. 4º, da expressão "do lucro líquido" pela expressão "da renda líquida".

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 537/99, no 1º turno com as Emendas nºs. 1 a 7, da Comissão de Direitos Humanos, e com a seguinte Emenda nº 8.

EMENDA Nº 8

Dê-se ao inciso VII do art. 4º a seguinte redação:

"Art. 4º -

VII - de 7% (sete por cento) da renda líquida, anualmente verificada, resultante da exploração da Loteria do Estado de Minas Gerais."

Sala das Comissões, 15 de março de 2000.

Márcio Cunha, Presidente - Eduardo Hermeto, relator - Rogério Correia - Olinto Godinho.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 580/99

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Deputado Luiz Fernando Faria, o projeto de lei em pauta torna obrigatória a instalação, nos ônibus de linhas gerenciadas pelo DER-MG, de instrumento que permita aos passageiros a visualização da velocidade do veículo.

Enviada a matéria à Comissão de Constituição e Justiça, esta concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade e lhe apresentou o Substitutivo nº 1.

Posteriormente, foi o projeto encaminhado às Comissões de Administração Pública e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, que opinaram por sua rejeição.

Vem, agora, a proposição a esta Comissão para receber parecer, em obediência ao art. 188, c/c o art. 102, VII, do Regimento Interno.

Fundamentação

A medida proposta é inócua, porque os veículos de transporte coletivo já possuem instrumento de limitação de velocidade, denominado tacógrafo, que deve ser fiscalizado não só pelas empresas como também pelos órgãos de trânsito.

Há que se considerar ainda que a exposição da velocidade do veículo aos passageiros irá gerar polêmica entre eles, que poderão não chegar a um denominador comum.

Considere-se ainda que a intervenção no contrato de concessão já celebrado entre administração e concessionária importa, por parte daquela, em modificação unilateral de circunstância, no caso o estabelecimento da obrigatoriedade de se instalar equipamento em veículo. Isso irá gerar ônus econômico para os concessionários do serviço, que terão de repassar o encargo para o usuário na forma de aumento de tarifa.

Por essas razões, ratificamos a posição e os argumentos das Comissões de Administração Pública e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei nº 580/99.

Sala das Comissões, 15 de março de 2000.

Márcio Cunha, Presidente e relator - Olinto Godinho - Eduardo Hermeto - Rogério Correia.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 603/99

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Deputado Chico Rafael, o projeto de lei em epígrafe estabelece normas básicas para a realização do censo dos portadores de deficiência.

Distribuída a matéria à Comissão de Constituição e Justiça, esta concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade e lhe apresentou as Emendas nºs 1 e 2.

Em seguida, foi o projeto encaminhado à Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, que concluiu por sua aprovação e lhe apresentou a Emenda nº 3.

Vem agora a proposição a esta Comissão para receber parecer, em obediência ao art. 188, c/c o art. 102, VII, do Regimento Interno.

Fundamentação

O art. 295 da Constituição do Estado estatui que incumbe ao Estado, juntamente com os municípios, realizar censo para levantamento do número de portadores de deficiência, de suas condições sócio-econômicas, culturais e profissionais e das causas de deficiência, para orientação do planejamento de ações públicas.

A proposição sob comento vem normatizar esse comando constitucional, estabelecendo diretrizes básicas para a realização do referido censo. O projeto foi amplamente analisado pela Comissão de Constituição e Justiça, que identificou vício de inconstitucionalidade e apresentou emendas para sanar tal irregularidade.

O projeto foi também examinado pela Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, que apresentou a Emenda nº 3, modificando o art. 3º. Essa emenda determina que o Poder Executivo deve definir a forma de realização do censo e explicitar os critérios a serem utilizados para a definição do termo "deficiente".

Com relação ao aspecto financeiro-orçamentário, a proposição não acarretará despesa significativa para os cofres públicos, dependendo sua execução, basicamente, da capacitação de recursos humanos.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 603/99 no 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça, e a Emenda nº 3, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

Sala das Comissões, 15 de março de 2000.

Márcio Cunha, Presidente - Olinto Godinho, relator - Eduardo Hermeto - Rogério Correia.

Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei Nº 467/99

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Deputado Ronaldo Canabrava, o projeto de lei em epígrafe dispõe sobre o Programa Especial de Incentivo à Arrecadação de Tributos e dá outras providências.

Aprovado em 1º turno na forma do Substitutivo nº 1, vem agora o projeto a esta Comissão para receber parecer para o 2º turno, em conformidade com o art. 189, § 1º, do Regimento Interno.

Segue anexa a redação do vencido, que é parte deste parecer.

Fundamentação

A proposição em análise visa a incentivar o aumento da arrecadação tributária do Estado, especialmente do ICMS, mediante a criação de um programa de incentivo que permita a troca de notas ou cupons fiscais por bilhetes da Loteria do Estado de Minas Gerais. Tal troca poderá contar com a intermediação de entidades sem fins lucrativos da sociedade civil e de escolas públicas estaduais, beneficiando-se as referidas entidades e as caixas escolares com parte do incremento da receita gerada. A participação de organizações do terceiro setor integrada com a população consumidora é, sem dúvida, uma forma eficiente de possibilitar aumento de arrecadação por meio da exigência de emissão de notas fiscais de venda.

Ademais, a proposição tem uma função educativa, ajudando a criar o hábito de se exigir a nota fiscal, e estimula o exercício da cidadania.

Conforme nos manifestamos anteriormente, a proposição não encontra impedimento, do ponto de vista financeiro-orçamentário, a sua aprovação. Vale ressaltar que o Substitutivo nº 1, apresentado em 1º turno, sanou alguns vícios do projeto original, permitindo a melhor operacionalização da troca de notas e cupons fiscais por bilhetes lotéricos.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 467/99, no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Sala das Comissões, 15 de março de 2000.

Márcio Cunha, Presidente - Rêmo Aloise, relator - Eduardo Hermeto - Olinto Godinho - Rogério Correia.

Redação do Vencido no 1º Turno

PROJETO DE LEI Nº 467/99

Cria o Programa Especial de Incentivo à Arrecadação de Tributos no Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica criado, no Estado, o Programa Especial de Incentivo à Arrecadação de Tributos do Estado de Minas Gerais, que tem por objetivo aumentar a arrecadação e promover o combate à evasão fiscal.

Art. 2º - Sem prejuízo da adoção de outras medidas, o Poder Executivo poderá firmar convênio com entidade privada sem fins lucrativos visando à participação da sociedade civil organizada no processo de aumento da arrecadação tributária.

Parágrafo único - Parte do incremento da receita alcançado em decorrência da participação das entidades civis poderá ser repassada a elas, respeitadas as limitações estabelecidas pelo art. 161 da Constituição do Estado.

Art. 3º - As escolas públicas estaduais poderão participar do Programa, na forma do regulamento.

Parágrafo único - Parte do incremento da receita gerada pela participação das escolas públicas poderá ser repassada às respectivas caixas escolares.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a permutar notas ou cupons fiscais por bilhetes para premiação dos consumidores portadores desses documentos fiscais, por intermédio da Loteria do Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único - A permuta de que trata este artigo também poderá beneficiar os proprietários de veículos que quitarem em dia o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

Art. 5º - A operacionalização da troca de bilhetes de que trata o art. 4º poderá ser delegada às entidades mencionadas nos arts. 2º e 3º desta lei.

Art. 6º - O Poder Executivo, após regulamentada esta lei, fará ampla divulgação do Programa, por meio dos veículos de comunicação de massa de que dispõe.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de sessenta dias contados da data da sua publicação.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 15/3/2000, as seguintes comunicações:

Do Deputado Marcelo Gonçalves, informando o falecimento da Sra. Enói Gonçalves, ocorrido em 11/3/2000, em Pedro Leopoldo. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Gil Pereira, informando o falecimento da Sra. Ordália Nascimento Abreu, ocorrido em 14/3/2000, em Montes Claros. (- Ciente. Oficie-se.)

MATÉRIA ADMINISTRATIVA